MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais

NOTA TÉCNICA Nº 65 /2009/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Aplicação da prorrogação de que trata o art. 82 da Lei nº 8.112, de 1990, no caso da Licença para tratamento de saúde do servidor, prevista pelo art. 202 da Lei nº 8.112/90.

Referência: Processo nº 23079.017753/2003-05

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por intermédio do presente processo, a Procuradoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ solicita manifestação acerca da aplicação do disposto no art. 82 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na licença para tratamento da saúde, prevista no art. 202 e seguintes da mesma lei.

ANÁLISE

2. A solicitação atendeu ao disposto do Ofício-Circular nº 14/97/SRH/MARE, que orienta a todas as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a encaminharem solicitações versando sobre matéria de pessoal à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação a fim de que se manifeste, previamente, sobre o assunto.

3. Importante ressaltar que a Lei nº 8.112, de 1990, trata, em seu art. 81, das hipóteses de concessão de licença ao servidor, nos seguintes moldes:

“Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - para o serviço militar;

IV - para atividade política;

~~V - prêmio por assiduidade;~~

V - para capacitação; ([Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97](#))

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para desempenho de mandato classista”

4. Ainda, com relação aos prazos e prorrogações das licenças supra, o art. 82 da referida lei, destaca:

“Art. 82. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.”

5. Ao se analisar os artigos acima, nota-se que, entre as licenças relatadas, não se encontra a licença para tratamento da saúde do próprio servidor, por tratar-se de benefício de seguridade social.

6. Vale ressaltar que, no transcurso de tempo entre a consulta formulada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a presente manifestação, o art. 203 da Lei nº 8.112, de 1990, foi objeto de alteração, reforçando o entendimento de que a aludida licença não se insere no contexto do art. 82 da Lei nº 8.112, de 1990, que assim dispõe:

“Art. 202. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 203. A licença de que trata o art. 202 desta Lei será concedida com base em perícia oficial. [\(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

§ 1º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 2º Inexistindo médico no órgão ou entidade no local onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o servidor, e não se configurando as hipóteses previstas nos parágrafos do art. 230, será aceito atestado passado por médico particular. [\(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de recepcionado pela unidade de recursos humanos do órgão ou entidade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

§ 4º A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante avaliação por junta médica oficial. [\(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

§ 5º A perícia oficial para concessão da licença de que trata o caput deste artigo, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos nesta Lei, será efetuada por cirurgiões-dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia. [\(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

Art. 204. A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento. [\(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

Art. 205. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1º.

Art. 206. O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido a inspeção médica.

Art. 206-A. O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#) ”

7. Assim, visando orientar o órgão consulente, vale ressaltar que da legislação em vigor é possível depreender-se que, com intuito de preservação da saúde do servidor, as prorrogações, assim como a concessão da licença médica para tratamento de sua saúde devem sempre estar embasadas em atestado emitido por médico ou junta médica do órgão onde o servidor exerce suas atividades, ou expedido por médico particular, devendo neste caso ser homologado pela unidade de recursos humanos do órgão.

CONCLUSÃO

8. Dessa forma, a prorrogação da licença para tratamento da própria saúde está condicionada à situação física ou mental em que se encontra o servidor, atestada por avaliação médica e será postergada sempre que o servidor apresentar atestado de médico particular, devidamente recepcionado pela unidade de recursos humanos do respectivo órgão, ou de médico do órgão do servidor. Logo, à referida licença não se aplica o disposto no art. 82 da Lei nº 8.112, de 1990.

9. Com estes esclarecimentos submetemos o presente Documento à Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais - Substituta, sugerindo o encaminhamento à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, para conhecimento.

Brasília, 28 de agosto de 2009.

DAVID FALCÃO PIMENTEL
SIAPE nº 0659825

ANTONIO JOSE ANICETO DE OLIVEIRA LIMA
Chefe da DIORC - Substituto

Aprovo.
Encaminhe-se à COGEP/MEC, conforme proposto.

Brasília, 28 de agosto de 2009.

VANESSA SILVA DE ALMEIDA
Diretora do Departamento de Normas e
Procedimentos Judiciais - Substituta